

Sujeito falante e locutor¹

Marion Carel²

Tradução de Lauro Gomes³

Resumo

Inscrito na sequência das pesquisas de Ducrot sobre a polifonia, este artigo retoma a tese segundo a qual é preciso distinguir as noções de “sujeito falante” e “locutor”. Sustenta que todos os enunciados *mostram* um valor semântico, que a Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP) propõe descrever por um ponto de vista argumentativo, encadeando duas proposições por uma conjunção do tipo de *portanto* ou do tipo de *no entanto*. Por fim, acrescenta que o locutor enquanto tal L é uma construção linguística graças à qual é possível realizar atos ilocutórios, produzir acontecimentos ilocutórios, abrir conversas felizes.

Palavras-chave: Sujeito falante. Locutor. Teoria Argumentativa da Polifonia

Data de submissão: set. 2024 – Data de aceite: set. 2024

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16317>

¹ Referência à publicação original do artigo: CAREL, Marion. « Sujet parlant et locuteur », *Bergen Language and Linguistics Studies*, vol. 13, n°1, 2023. Tradução de Lauro Gomes (FURG).

² Professora pesquisadora da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS – Paris). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2432-1127>

³ Professor Adjunto do Instituto de Letras e Artes (ILA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CNPq). Realizou estágio de doutorado (modalidade: sanduíche - PDSE/CAPES - 2018/2019) no Centre de Recherches sur les Arts et le Langage (CRAL), da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris), sob orientação da Directrice d'études Marion Carel. Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo (CAPES). E-mail: lauro.gomes@furg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1302-2693>

A questão

Assim como a Scapoline (Nølke, Fløttum, Norén 2004), a Teoria Argumentativa da Polifonia se inscreve na sequência das pesquisas de Ducrot sobre a polifonia (Ducrot 1984). Uma das primeiras teses dessas teorias é que devemos distinguir as noções de “sujeito falante” e de “locutor”: o sujeito falante é o ser do mundo que fabrica o enunciado, o locutor é aquele a quem o enunciado é dado como responsável pela enunciação. Essa dissociação permite dar conta de enunciados como o exemplo, vivido, (1). É dito por uma mulher que, com a concordância da dona do restaurante onde almoça, sai na hora da sobremesa para buscar o cachorro que ficou no carro. Ela volta com ele, alegre e brincalhona, e declara:

(1) *Eu me chamo Jeffrey*

O sujeito falante é a senhora; o locutor é o cachorro, aqui designado explicitamente pelo emprego do *eu* – mesmo que esse uso de *eu* não tenha sido pronunciado pelo cachorro: é ele que se chama Jeffrey. Para esclarecer esse ponto, Dinah Ribard e eu (Carel e Ribard, 2019) propusemos acompanhar essa distinção com uma outra: aquela entre enunciação atual e enunciação linguística.

A enunciação atual é o gesto que consiste em materializar o enunciado, seja oralmente, pronunciando-o, seja por escrito, com movimentos da mão. O autor da enunciação atual, se usarmos os termos precedentes, é o sujeito falante. Outros sujeitos falantes, note-se, podem ter, com ele, participado da elaboração do enunciado, por exemplo, escolhendo as palavras: os discursos políticos orais, materializados pelos políticos que agem graças a eles, têm, assim, a reputação de ter sido moldados por canetas⁴, também sujeitos falantes, ainda que ausentes do sentido do enunciado. A questão fica ainda mais complicada quando o enunciado está impresso em um cartaz. Quem são, de fato, os autores de sua materialização? Aquele que escolheu as letras em um teclado, aquele que fixou o cartaz, aquele que fabricou o papel?

A enunciação linguística é, por sua vez, a atividade que o enunciado declara ser aquela de seu responsável. É da enunciação linguística, e não da enunciação atual, que o locutor é, em nossa definição, autor. No interior do sentido do enunciado, a enunciação linguística se opõe ao conteúdo do enunciado. Por exemplo, quando um comentarista de rádio pronuncia (2):

(2) *O presidente se aproxima agora da tribuna onde me encontro com a imprensa*

⁴ Nota do tradutor: “canetas” (fr. *les plumes*) diz respeito, neste caso, às pessoas que escrevem os discursos das grandes figuras públicas francesas.

O sentido de seu enunciado inclui, com estatutos diferentes, tanto o conteúdo (2-dito) quanto a indicação (2-mostrada) da enunciação linguística do locutor:

(2-diz) o presidente estava longe da tribuna onde *eu* me encontro com a imprensa, no entanto agora ele está perto dela

(2-mostrado) EU vejo o presidente se aproximar da tribuna onde *eu* me encontro com a imprensa, portanto EU digo.

Oswald Ducrot e eu propusemos representá-las, como aqui, por pontos de vista argumentativos, encadeando duas proposições por uma conjunção do tipo de *no entanto* ou do tipo de *portanto* (Carel e Ducrot, 2013)⁵. Retomando o vocabulário habitual, marquei, ainda, a sua diferença de estatuto no interior do sentido de (2), dizendo que o ponto de vista argumentativo (2-dito) é “dito” enquanto o ponto de vista argumentativo (2-mostrado) é “mostrado”. Finalmente, teremos notado que distingi em (2-mostrado) dois tipos de uso do pronome de primeira pessoa. Aquele anotado em *itálico* designa o que Ducrot (1984) chama de locutor enquanto ser do mundo, e que ele anota λ: é aquele de quem falamos e o encontramos em (2-dito); aquele anotado em *letras maiúsculas* designa o que Ducrot chama de locutor enquanto tal: ele o anota como L, é aquele que fala de modo que está ausente de (2-dito). É L que vê e, portanto, diz, é ele o autor da enunciação linguística, é ele que o enunciado se dá por responsável.

Existe relação entre a enunciação linguística de L e a enunciação atual do sujeito falante? Lembremos do slogan de Ducrot, segundo o qual o sentido de um enunciado é uma descrição de sua enunciação: a enunciação atual refletiria a enunciação linguística. Frequentemente este é o caso. Assim, conforme prevê Ducrot, o comentarista de rádio faz uma reportagem, ou seja, vê e, portanto, diz, como o locutor de seu enunciado. O mesmo acontece quando um político pronuncia, quando de um discurso durante a crise do coronavírus, o enunciado *eu saúdo os cuidadores*. Ele não escolheu as palavras, mas, dentre todos os sujeitos falantes, é ele quem age conforme o locutor: ele saúda os cuidadores. Nesses dois casos, a enunciação linguística descreve, ou melhor, constitui a enunciação atual: semantiza a enunciação atual, transforma-a, de simples gesto, em ação.

Mas será sempre assim, e particularmente no caso, emblemático, do enunciado (1) sobre o qual se funda a distinção entre sujeito falante e locutor? Porque L diz seu nome na ocasião do encontro com a dona do restaurante; sua enunciação linguística pode ser representada por (1-mostrado):

⁵ Para ser totalmente precisa, um ponto de vista argumentativo é duplo e associa o encadeamento argumentativo ao esquema que ele formula. Assim, (2-dito) e (2-mostrado) estão, respectivamente, associados a TER ESTADO LONGE PT NEG ESTAR LONGE e VER DC DIZER.

(1-mostrado) Nós nos encontramos, portanto EU digo que me chamo Jeffrey

L se apresenta à dona do restaurante. Ora, como defender que a enunciação atual, que tem a senhora por responsável, é, por sua vez, uma representação de si? Poderíamos pensar, com Recanati (Recanati, 2008), em recorrer, de uma maneira ou de outra, à noção de ficção: a enunciação atual seria uma ficção de apresentação de si. Mas isto é ir longe demais, porque a senhora pretende agir, no mundo, com o enunciado (1), e isso de acordo com o seu sentido linguístico – não há razão para duvidar, o cão da senhora se chama efetivamente Jeffrey. Ela não efetua uma ficção de apresentação de si e também não efetua uma apresentação de si. O que conduziu a distinguir sujeito falante e locutor deve conduzir a distinguir enunciação atual e enunciação linguística.

Mas o que a senhora faz, então? Como o enunciado (1) ocorre no mundo? Qual o valor da enunciação atual? Este artigo tem por objetivo responder a esse problema. Para fazer isso, examinarei, primeiramente, o caso do que chamarei, um pouco rapidamente, de discurso institucional; voltarei em seguida, para distingui-lo, ao exemplo de Jeffrey.

1 Ato e acontecimento de fala: o discurso institucional

Consideremos o seguinte discurso, retirado de um e-mail datado de 1º de junho de 2021, recebido após a declaração de danos causados por água a uma seguradora, a MAIF – uma companhia de seguro da qual os segurados são membros:

(3) *Prezado(a) Membro,*
(a) *Você acabou de declarar uma ocorrência.*
(b) *Agradecemos por observar a referência de seu documento de reivindicação M210...A.*
(c) *Confirmamos que um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou.*
[...]
(d) *Você poderá encontrar os detalhes da sua declaração abaixo e no seu espaço pessoal na seção “minhas reclamações”.*
A MAIF

Entre os diversos sujeitos falantes dessa mensagem, presumivelmente um formulário, um deles escreveu o número do documento e enviou a mensagem: vou chamá-lo de sujeito falante principal, ou simplesmente o sujeito falante. É ele quem seria responsabilizado pelo seu superior se, por exemplo, o número do documento fosse falso. O locutor dos diversos enunciados é, por outro lado, o signatário, a MAIF, cujo pronome *nós* designa como um coletivo, sem aproximá-lo de outros. Como no exemplo de Jeffrey, há dissociação do locutor e do sujeito falante, bem como dissociação da enunciação

linguística e da enunciação atual. O locutor de (3c) confirma, o indivíduo sujeito falante principal – aquele que, após enviar este e-mail, foi jantar em sua casa – nada confirma. Eu diria que, no mundo, ocorreu uma confirmação-da-MAIF, um acontecimento de confirmação institucional: o sujeito falante principal não realizou um ato ilocutório, mas produziu um acontecimento ilocutório.

Poderíamos ficar tentados a analisar esse acontecimento, a ver aí um ator, a MAIF, uma ação, a confirmação, e assim guardar a noção de *ato ilocutório* e, com ela, o paralelo entre o prefixo performativo *nós confirmamos* e o que se produz no mundo: a cada palavra corresponderia uma entidade, indivíduo ou ação. Aceitar-se-ia que a MAIF existe, um ser imaterial, que, no mundo, seria capaz de ações como as de confirmar, de afirmar, de aconselhar. A MAIF seria capaz de atos ilocutórios, sem, por outro lado, ser capaz de atos locutórios os quais, segundo Austin, estão inseparavelmente ligados a elas: a MAIF seria incapaz de materializar, ela mesma, a frase subjacente a (3c), mas poderia fazer o ato ilocutório de confirmar. Materialmente enunciado por um funcionário da MAIF, (3c) faria com que a MAIF agisse de forma ilocucionária. A enunciação atual seria capaz de fazer agir um ser diferente do seu próprio autor. A sintaxe da frase, na qual podemos distinguir o sujeito gramatical *nós* e o verbo *confirmamos*, refletiria o que está acontecendo no mundo. O verbo *confirmar* designaria a ação feita. A MAIF confirmaria que um consultor fará contato.

Assim, ao dar à MAIF o papel de autor do ato ilocutório, a hipótese ontológica anterior parece-me, entretanto, ter o defeito de, ao mesmo tempo, apagar o papel do funcionário que escreveu o número do documento e enviou o e-mail: ele seria apenas uma ferramenta da ação da MAIF; é ela que agiria com as palavras do funcionário – e se percebem as consequências em termos de responsabilidade, ou melhor, de desresponsabilização individual, mesmo que, no caso de (3), essa desresponsabilização não pareça muito grave.

Além disso, essa hipótese ontológica não leva em conta o fato de que, em (3c), encontra-se o nome próprio *MAIF*, como se eu mesma utilizasse o nome próprio *Marion Carel* e escrevesse o seguinte e-mail aos estudantes matriculados no mestrado sob minha orientação:

(4) *Caros estudantes*

Você acaba de se inscrever no mestrado ALL da EHESS.

Confirmo que você deverá acompanhar o seminário de Marion Carel.

Você pode encontrar detalhes das opções oferecidas a você para o restante de sua formação no site mencionado.

Marion Carel

Há duplicação em (3) da *MAIF* assim como há duplicação em (4) de *Marion Carel*.

Notaremos, nesse sentido, que (3) e (4) são diferentes de exemplos como *não falas assim com tua mãe* – imaginemos uma mãe irritada falando com sua filha. Aqui, *tua mãe* pode constituir, com o emprego de *falar*, a segunda pessoa da expressão *falar com sua mãe* e designar, assim, um modo de falar, um tipo de fala, a fala com a sua mãe. Nada desse tipo em (4), em que o nome próprio *Marion Carel* não pode, associado a *seminário*, constituir um tipo de seminário – como teria podido, por outro lado, fazer a associação, a *seminário*, de *sua orientadora*. O signatário se divide com aquele que ministra seminários, da mesma forma que Alain Delon poderia ter-se duplicado e dito sobre Alain-Delon-estrela (fizemos muitas piadas sobre esse assunto nos anos 80):

(5) *Alain Delon não poderia aceitar atuar em tal filme.*

Em (4), tratar-se-ia dos seminários de Marion-Carel-enquanto-professora, e é Marion-Carel-enquanto-orientadora quem assinaria, seria locutor e agiria no mundo. Da mesma forma, em (3), a MAIF teria necessidade de duplicar a MAIF: seria confirmado o contato, digamos, com os assessores da MAIF-enquanto-empresa e seria a MAIF-enquanto-seguradora que assinaria, seria locutor, e faria o ato ilocutório de confirmar. A menos que sejam os assessores da MAIF-enquanto-seguradora e seria a MAIF-enquanto-empresa que realizaria o ato de confirmar.

Também se pode duvidar da existência da MAIF e de todas as suas cópias, das quais não se sabe bem qual agiria e como.

Tomemos outro exemplo, que devo a Nina Kennel, em que o locutor enquanto tal é novamente descrito pelo próprio discurso. Não se trata de uma instituição, como a MAIF, mas de um indivíduo-enquanto-cidadão. Mais uma vez nos perguntaremos se é lícito supor a existência de tais seres.

O exemplo de Nina Kennel é o dos atestados que o governo francês, durante os confinamentos de 2020, pedia às pessoas que assinassem antes de sair. Era possível escrevê-los à mão, um certo número de dados era imposto, os detalhes de (6) são inventados:

(6) *Eu, abaixo assinado Pierre Dupont, nascido em 21 de fevereiro de 1963, em Lorient, e residente na Rua de Lancry, 45, em Paris, certifico que saio para praticar exercícios físicos e isso a menos de 5 km de minha casa e por menos de uma hora.*
Paris, 6 de maio de 2020, às 11 horas,
Pierre Dupont

O que Nina Kennel percebeu é que, se Pierre Dupont, no dia 6 de maio de 2020, às 11 horas, não tivesse escrito o texto anterior, tivesse saído com as mãos nos bolsos, tivesse sido revistado por um policial às 11h20, e tivesse dito oralmente eu atesto sair para fazer

exercício físico e isso a menos de 5 quilômetros de minha casa e por menos de uma hora, ele não teria sido considerado pelo policial como tendo feito o atestado solicitado pelo governo e teria de pagar uma multa. Pierre Dupont, oralmente, teria feito apenas o ato ilocutório de atestar que seu movimento tinha certas propriedades, enquanto Pierre Dupont, por escrito, teria produzido um acontecimento: o-atestado-de-Pierre-Dupont-nascido-em-21-de-fevereiro-de-1963-em-Lorient-e-residente-na-Rua-de-Lancry-45-em-Paris.

Quando as palavras utilizadas não dão nenhuma descrição do locutor enquanto tal, encontra-se essa divergência entre o oral e vários escritos oficiais que acompanham a assinatura de menções como "o diretor de tal colégio", ou mesmo "o ministro de tal ministério" e, ao fazê-lo, descrevem L. Assim, imaginemos que Pierre Dupont seja o diretor do colégio François Villon de Paris e que, almoçando com o Reitor da Academia de Paris e alguns outros amigos, diz, mordendo um pedaço de pão, peço um professor de matemática adicional para o segundo trimestre: ele não faria, então, o ato de pedido oficial que, no entanto, seria realizado pelo mesmo enunciado escrito, devidamente acompanhado da assinatura de Pierre Dupont e a menção à sua função no estabelecimento. A escrita oficial não é o simples traço de um ato ilocutório que poderia ser feito oralmente com as mesmas palavras; seu sistema de assinatura, carimbos, cabeçalho, permite descrever o locutor enquanto tal e assim oficializar o que se produz. É na condição de diretor que, na escrita, Pierre Dupont teria feito o pedido e é solenemente, como cidadão cumpridor da lei, que Pierre Dupont atestaria, por escrito, que a sua saída é legal. Falta essa solenidade no oral: não basta ser diretor ou cidadão para, oralmente, falar como diretor ou como cidadão.

Volto ao nosso problema inicial: quem age com as palavras? Pois poderíamos, mais uma vez, ser tentados a decompor o acontecimento atestado-do-cidadão-Dupont e, de acordo com a sintaxe do prefixo performativo eu atesto, dizer que Pierre-Dupont-enquanto-cidadão faz um atestado. O mundo incluiria Pierre Dupont, mas também Pierre-Dupont-enquanto-cidadão – ou mesmo Pierre-Dupont-enquanto-diretor – e seriam essas versões de Pierre Dupont que realizariam os atos ilocutórios, da mesma forma que seria a MAIF, ou uma de suas versões, que confirmaria.

Proponho antes dizer que o aparecimento, por escrito, de (6) constitui um acontecimento de fala produzido pelo ser do mundo banalmente material que é Pierre Dupont. Seu sentido inclui um ponto de vista argumentativo dito e um ponto de vista argumentativo mostrado. O ponto de vista dito parafraseia argumentativamente estou fora para fazer exercício físico e isso a menos de 5 km da minha casa e há menos de uma hora:

(6-dito) estou fora de casa a menos de 5 km da minha casa e há menos de uma hora porque preciso de exercício físico

O ponto de vista mostrado se constrói a partir da significação de *atestar que p* – ou seja, engajar-se com a verdade de *p*, dizer-se culpado se *p* for falso – ao que o escrito acrescenta uma descrição do locutor *L* como sendo Pierre Dupont, nascido em 21 de fevereiro de 1963, em Lorient, e morando na Rua de Lancry, 45, em Paris. Essa descrição do locutor enquanto tal pertence ao que é mostrado de sorte que (6) mostra:

(6-mostrado) se acontecer que, em 6 de maio de 2020, não estou fora de casa para fazer exercício físico, então eu, Pierre Dupont, nascido em 21 de fevereiro de 1963, em Lorient, e morando na Rua de Lancry, 45, em Paris, sou culpado

Ponderada com (6-mostrado), a enunciação atual de (6) é um acontecimento ilocutório.

Pode-se dar uma descrição semelhante de (3c):

(3c) *Nós confirmamos que um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou.*

São comunicados dois pontos de vista argumentativos, um dito e outro mostrado. O ponto de vista dito é:

(3c-dit) *ainda que você esteja longe de nós, um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou*

(tratando-se de uma paráfrase argumentativa de *um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou*, estruturada graças à significação argumentativa do verbo *contatar/entrar em contato*). Quanto ao ponto de vista mostrado, trata-se de:

(3c-mostrado) nós concordamos que um consultor entraria em contato com você de acordo com suas preferências, portanto nós, a MAIF, dizemos que um consultor entrará em contato com você de acordo com as preferências que você indicou

Confirmar *p* é dizer *p* porque concordamos com ele: a significação argumentativa do verbo *confirmar* dá sua estrutura a (3c-mostrado). Quanto ao pronome *nós* que ocorre em (3c) como sujeito gramatical de *confirmar*, é completado pelo sintagma *a MAIF* que, na assinatura, descreve o locutor. O valor semântico (3c-mostrado) assim construído é mostrado, e não dito, pelo enunciado (3c). É ele que, atrelado ao aparecimento de (3c), transforma a enunciação atual em acontecimento ilocutório, produzido pelo emprego de MAIF: é ele sozinho que faz algo com as palavras. O emprego de *nós* no prefixo performativo *nós confirmamos* de (3c) não corresponde, no mundo, a nenhum indivíduo. Não que possamos deixar de levar em conta a assinatura: bem pelo contrário, ela intervém em (3c-

mostrado). Mas este último não tem, no nosso exemplo, nenhuma função referencial: o seu papel é o de construir o valor semântico mostrado (3c-mostrado). Não há razão para supor que o mundo seja decomposto em tantos elementos quantas forem as palavras. Não há razão para supor que o locutor enquanto tal corresponda a um ser do mundo.

Podemos agora voltar ao exemplo de Jeffrey.

2 Fala atribuída e fala feliz: Jeffrey

Até agora distinguimos dois casos, o de (2) e o de (3c):

(2) *O presidente se aproxima agora da tribuna onde me encontro com a imprensa*

(3c) *Nós confirmamos que um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou. [Assinado: MAIF]*

O enunciado (2) mostra um valor semântico de primeira pessoa e a enunciação atual do seu sujeito falante, o comentarista de rádio, reflete a enunciação linguística do locutor L – ambos veem e, portanto, dizem:

(2-mostrado) EU vejo o presidente se aproximando da tribuna onde me encontro com a imprensa, portanto EU digo.

O enunciado (3c) mostra um valor semântico no qual a descrição que a assinatura dá do locutor L completa o emprego da primeira pessoa e, desta vez, a enunciação atual do sujeito falante principal, o funcionário da MAIF, não reflete a enunciação linguística de L – L confirma, o funcionário não confirma nada:

(3c-mostrado) concordamos que um consultor entraria em contato com você de acordo com suas preferências, portanto nós, a MAIF, dizemos que um consultor entrará em contato com você de acordo com as preferências que você indicou

E no exemplo de Jeffrey?

O exemplo de Jeffrey lembra parcialmente o e-mail da MAIF. Nos dois casos, como vimos, o sujeito falante e o locutor são distintos. A senhora é o sujeito falante de (1):

(1) *eu me chamo Jeffrey*

enquanto o locutor de (1) é o cachorro. Nos dois casos, igualmente, a enunciação linguística e a enunciação atual não se refletem: L apresenta-se à dona do restaurante, a senhora não se apresenta. Há, entretanto, uma diferença entre (1) e (3c). Isto porque o

funcionário da MAIF produziu uma confirmação oficial, uma confirmação-da-MAIF; por outro lado, a senhora não produz um tipo particular de saudação, uma saudação de “cachorro”.

Isto se explica, porque (3) contém uma descrição daquele que fala, do locutor enquanto tal; nada disso no caso de (1). (1) mostra:

(1-mostrado) Nós nos encontramos e, portanto, EU lhe digo que me chamo Jeffrey

e não :

nós nos encontramos e, portanto, eu, o cachorro, digo-lhe que me chamo Jeffrey

Certamente o locutor enquanto ser do mundo é descrito por (1): é comunicado que ele se chama Jeffrey. Mas isso não afeta o locutor L: não é enquanto Jeffrey, nem mais geralmente como um cachorro, que o locutor L de (1) se apresenta à dona do restaurante; o fato de ser um cachorro não afeta o valor semântico mostrado. O ponto de vista mostrado por (1) está no EU, sem qualificação suplementar, e nisso (1) se assemelha a (2).

Mas como, então, explicar a divergência entre (1) e (2)? Por que, quando (1) mostra o mesmo tipo de valor semântico que (2), a enunciação atual de (1) não reflete a enunciação linguística de L? Para descrever essa nova divergência, apelarei à oposição que Dinah Ribard e eu fazemos entre fala atribuída e fala feliz.

A fala atribuída permite aos sujeitos falantes transformar, com palavras, a situação em que se encontram. O exemplo do comentarista e o da MAIF enquadram-se na fala atribuída. O valor semântico mostrado por tais enunciados atribui-se à enunciação atual, e é esse misto de língua e de gesto material que o sujeito falante realiza e que o interlocutor percebe. O comentarista vê e, portanto, diz; o funcionário produz uma confirmação-da-MAIF.

Uma precisão. Alguns linguistas, recusando a hipótese de que a língua tem por função fundamental representar o mundo, assumem, inversamente, que é através dela que percebemos o mundo. Seria ela quem, de acordo com o seu léxico, recortaria o mundo e lhe daria um sentido. Seria porque existe a palavra *alça* que isolaríamos e distinguiríamos numa xícara de chá a parte pela qual a agarramos. Poderíamos reconhecer, na fala atribuída, o mesmo fenômeno: assim como a palavra *alça* definiria uma parte da xícara, o valor semântico apresentado associaria, semantizaria, definiria a enunciação atual.

Contudo, esta não é bem a hipótese que Dinah Ribard e eu fazemos. Certamente, para nós, o valor semântico mostrado não descreve uma ação ou um acontecimento que ocorreria independentemente dele, mas constitui essas ações e esses acontecimentos. Mas não supomos que este seja o efeito de um fenômeno mais amplo de revelação do mundo,

de construção do mundo, graças à língua. Somente o valor semântico mostrado está apto, para nós, a semantizar uma entidade do mundo. Os chamados valores semânticos, por outro lado, não permitem moldar o mundo – assim como não o descrevem. Como, de fato, poderiam os conteúdos semânticos de uma língua não descritiva ser direcionados para uma parte do mundo e não para outra? Por que a significação de *alça*, sem ser descritiva, isolaria uma parte da xícara, e não uma parte da cadeira ao lado? Nossa definição da fala atribuída não enfrenta esse problema: é sistematicamente a enunciação atual que é semantizada pelo valor semântico mostrado.

Além disso, apesar das fórmulas que por vezes utilizamos (e que continuo a utilizar neste artigo), Dinah Ribard e eu não sustentamos que o comentarista de rádio, graças a (2), transforme sua enunciação atual, dando-lhe uma nova essência. Não há transubstanciação. Levantamos apenas a hipótese de que, quando a fala é atribuída, o valor semântico mostrado está associado à enunciação atual para constituir, com ele, uma “ação com palavras”, misto de valor linguageiro e de gesto físico. Refiro-me a (Behe, Carel e Denuc, 2022) para uma descrição mais detalhada das propriedades desse misto. Salientamos simplesmente que, para nós, elas devem ser estudadas historicamente. É apenas a observação, em situação, que permite dizer que atribuir a si mesmo, por exemplo, o valor mostrado por *bom dia*⁶, é uma saudação de separação. Só a pesquisa histórica permite dizer se os poemas de Marc de Larréguy, falecido em Verdun, em 1916, são, de acordo com o valor mostrado, testemunhos ou ações militantes (Carel e Ribard, 2019). Definir quais são, social e historicamente, as falas atribuídas não remonta à semântica linguística.

A essa fala atribuída, Dinah Ribard e eu opomos a fala feliz. Retomamos essa expressão no estudo que Starobinski faz das *Máximas* de La Rochefoucauld (Starobinski, 1966). De fato, segundo Starobinski, La Rochefoucauld condena o egoísmo visceral que orientaria cada uma das nossas ações. Porém, haveria uma forma de escapar dos conflitos que a nosso amor próprio suscita, de escapar deste mundo onde, em última análise, só nos espera a morte, e a encontraríamos na conversa de salão:

O fim desolador é conhecido de antemão; no entanto, tudo recomeça no ato feliz de falar, na conversa amigável, na confiança que depositamos na linguagem e que é, apesar de tudo, uma confiança depositada na razão humana. (Starobinski, 1966)

Falar não consistiria mais em agir no mundo, e o nosso egoísmo já não nos guiaria; falar consistiria em “confiar na razão humana” – ou melhor, segundo Dinah Ribard e eu, em confiar nas palavras. Falaríamos por falar. Não simplesmente para criar e manter contato com o outro, como quando os nossos discursos são dominados pelo que Jakobson

⁶ Nota do tradutor: o *bom dia* (fr. *bonne journée*), neste caso, diz respeito à saudação de despedida.

chama de função fática da linguagem. Mas para sermos absorvidos pelas palavras, por seus entrelaçamentos, por suas comparações, pela sua sequência. Centrado nisso, o ato de falar nos permitiria isolar-nos do mundo de vícios que é o nosso, nos tiraria dele e poderia se tornar, segundo a leitura de La Rochefoucauld feita por Starobinski, um ato feliz. Haveria alegria em falar por falar.

Dinah Ribard e eu estendemos essa “fala feliz” a todos os casos em que apenas se trocam palavras, seja a atividade prazerosa ou não, de sorte que reconheçamos a fala feliz tanto no discurso daquele que brilha numa conversa de salão quanto naquele do interlocutor limitado ao papel de personagem secundária. Mantemos de Starobinski apenas a hipótese de que é possível falar, com seriedade, sem fazer o ato ilocutório. O sujeito falante pode não associar o valor semântico mostrado por seu enunciado ao seu gesto de enunciação atual, e apenas articular o seu enunciado ao que o precede. Seu discurso, porém, não se torna um fingimento; a fala feliz não é uma fala atribuída executada. Ela constitui, por si só, outro tipo de atividade, atribuindo um outro papel à enunciação atual: não mais o de transformar o mundo, mas o de construir um discurso.

Teremos entendido: é a fala feliz que a senhora de Jeffrey produz. Contrariamente ao comentarista de rádio que é sujeito falante de (2), ela não associa sua enunciação atual e o valor semântico mostrado por (1), de modo que ela mesma não realiza a apresentação de si. Ela faz aparecer valores semânticos e põe o acento sobre seu aparecimento, sobre sua produção.

Mais precisamente, ela dirige seu enunciado à dona do restaurante e inicia, assim, uma conversa feliz entre esta última e o seu cão. Não que a fala feliz seja sempre direcionada. O poema “El Desdichado” de Gérard de Nerval é uma fala feliz. Ao enunciar *eu atravesssei o Achéron duas vezes vitorioso*, Nerval não deu valor semântico à sua enunciação. Ele reuniu palavras, falou por falar. Ele não estava fingindo falar sobre algo – como defenderia Searle (Searle, 1982). Ele falava, mas sua fala era feliz, abertamente sem objeto externo a si mesma. Ela era feliz e aí está o meu ponto, ela não era direcionada: ela não foi articulada com nenhuma outra fala. Por outro lado, no entanto, algumas falas felizes são dirigidas. É o caso do poema “La Bénédiction” de François Coppée, que narra, na primeira pessoa, um episódio de guerra, em 1809, em Saragosse, entre a França e a Espanha. Mas Coppée não era sargento dos exércitos napoleônicos em 1809; o dia retratado não existe. As afirmações do *eu* não foram afirmações de Coppée, não transformaram sua enunciação. Nem eram, nem mesmo aproximadamente, as afirmações de um sargento: a enunciação de Coppée não continha falas que tinham existido. A fala de Coppée era feliz. Mas, ao contrário daquela de Nerval, era endereçada: Coppée opunha as palavras do seu poema com outros discursos (patrióticos, anticlericais, democráticos?). Ele produzia uma conversa feliz, esperando por uma resposta. O mesmo acontece em (1),

cujo sujeito falante, a senhora de Jeffrey, inicia uma conversa feliz entre seu cachorro e a dona do restaurante. Ela dá um interlocutor ao locutor L de *Eu me chamo Jeffrey* e se espera que a dona do restaurante encadeie com algo como *E eu me chamo Anne*. A fala feliz ocorre em nosso mundo, e a dona do restaurante é introduzida na conversa: ela pode não responder ao cachorro, mas isso não seria polido.

A situação seria diferente se a senhora tivesse dito (7):

(7) *ele se chama Jeffrey*

Nada permite dizer desta vez se se trata de fala atribuída ou de fala feliz. O comentarista de rádio fazia seu trabalho como comentarista, comentava abertamente e, portanto, atribuía sua fala; nenhum indício aqui. Notar-se-á apenas, qualquer que seja o tipo de fala realizada por (7), que seria incongruente que a dona do restaurante continuasse com *E eu me chamo Anne*. O valor mostrado foi alterado. Não se trata mais de uma apresentação de si, mas de informação:

(7-mostrado) é importante, portanto eu digo que ele se chama Jeffrey

Ao escolher (1) em vez de (7), a senhora de Jeffrey optou pela fala feliz, abandonou o papel de locutor L e, talvez isso seja o principal, transformou o valor semântico mostrado: ela não mais comunica que seu cachorro é importante.

Conclusão

Vamos resumir. Todos os enunciados *mostram* um valor semântico, que a Teoria Argumentativa da Polifonia propõe descrever por um ponto de vista argumentativo, encadeando duas proposições por uma conjunção do tipo de *portanto* ou do tipo de *no entanto*.

O caso de (2) é geralmente considerado como padrão:

(2) *O presidente se aproxima agora da tribuna onde me encontro com a imprensa*

(2-mostrado) EU vejo o presidente se aproximar da tribuna onde me encontro com a imprensa, portanto EU digo.

O pronome EU representa aquele que o enunciado considera responsável e o esquema que (2-mostrado) formula (VER DC DIZER) representa a sua enunciação linguística. O locutor enquanto tal vê e, portanto, diz, porque o sujeito falante declara que esse quadro o representa, ele próprio, em sua tomada de fala, ou melhor, ele usa esses

hábitos de linguagem: por sua vez, ele vê e, portanto, diz, isto é, comenta a cerimônia.

Identificar, assim, a atividade do locutor e o que faz o sujeito falante faz já foi criticado, em particular pelo próprio Ducrot (Ducrot, 1984), que denuncia essas mudanças entre língua e metalinguagem. Os exemplos também mostram que é preciso tomar cuidado. Modifiquemos um pouco o exemplo (2) para tomar o caso de um jovem repórter que, sobre a calçada deserta em frente ao Eliseu, declara ao vivo no jornal das 20h o *Primeiro Ministro veio esta manhã falar com o Presidente*. Sua situação, absurda se não lhe atribuímos nenhum papel na construção do sentido, permite compreender que sua enunciação mostra *eu vejo o Eliseu, portanto eu digo que o Primeiro Ministro veio esta manhã falar com o Presidente*. O locutor vê e, portanto, diz, o enunciado mostra *eu estou comentando*. Mas o jovem repórter comenta as vindas ao Eliseu? Seria mais justo dizer que ele faz o que nós fazemos quando mostramos esse tipo de valor semântico, que ele atua como comentarista, que fala como comentarista, sem realmente comentar. Sua ação ao dizer é diferente da enunciação linguística do locutor de seu enunciado, da mesma forma que a ação do sujeito falante de *tu podes abrir a janela?* é diferente da atividade do locutor. É preciso distinguir a enunciação atual e a enunciação linguística, e isso vai além do caso, estudado por Searle (1982), dos atos indiretos. Nossas observações sobre (3c) e (1) mostram que é necessário ampliar essa observação: não apenas o que o locutor declara fazer nem sempre é o que o sujeito falante faz, mas, além disso, o locutor enquanto tal nem sempre corresponde a um ser do mundo.

Tal é o caso, inicialmente, de (3c), cujo locutor enquanto tal está semanticamente descrito:

(3c) *Nós confirmamos que um consultor da MAIF entrará em contato com você de acordo com as preferências que você nos indicou.*

(3c-mostrado) concordamos que um consultor entraria em contato com você de acordo com suas preferências, portanto NÓS, a MAIF, dizemos-lhe que um consultor entrará em contato com você segundo as preferências que você indicou

Diferentemente do enunciado (2), o enunciado (3c) aparece, de fato, em um discurso assinado que descreve L. Essa descrição aparece no valor semântico mostrado cuja primeira pessoa, ao contrário de (2), agora está qualificado (*nós, a MAIF*). Existem outros processos, escritos ou orais, que permitem, como a assinatura, qualificar o locutor enquanto tal e, assim, produzir o discurso institucional? A pesquisa resta a ser feita.

Especifiquemos, aqui, que a descrição de L dada por (3c) é diferente daquela a que Ducrot (1984) faz alusão quando diz que a exclamação *ah* diz respeito ao locutor enquanto tal e, portanto, se opõe a enunciados que, como *estou infeliz*, dizem respeito ao locutor enquanto ser do mundo. A exclamação *ah*, assim como a assinatura do e-mail do qual (3c)

é extraído, certamente compartilham o fato de dar indicações sobre o valor semântico mostrado. Mas a exclamação diz respeito, não diretamente a L, mas ao dizer de L, à sua atividade. Ela estipula que o dizer é uma consequência de um infortúnio e constrói, assim, o valor semântico mostrado *é um infortúnio, portanto eu digo “ah”*. Nenhuma qualificação de L, apenas uma descrição de sua atividade. O emprego de (3c), ao contrário, contém uma descrição daquele que fala, de quem fala e não do que ele faz, e essa descrição aparece, em (3c-mostrado), afixada ao pronome de primeira pessoa.

Porém, qualificado, o locutor enquanto tal não corresponde mais a nada no mundo. O valor (3c-mostrado) não é uma pintura do ser imaterial que seria a MAIF e que confirmaria um contato futuro. O sujeito falante não realiza, ele próprio, um ato ilocutório e não faz com que outro ser que não seja ele próprio aja ilocucionariamente. O sujeito falante produz um acontecimento ilocutório: a confirmação institucional da MAIF. Um valor semântico mostrado cuja primeira pessoa mostrada constrói, quando a fala é atribuída, um acontecimento ilocutório. O locutor enquanto tal não tem correspondente no mundo e, ao mesmo tempo, sua atividade também não corresponde a nenhum ato.

O exemplo (1) conduz à mesma conclusão, mas por outras razões:

(1) eu me chamo Jeffrey

(1-mostrado) nós nos encontramos, portanto EU digo que me chamo Jeffrey

Desta vez, a inexistência do locutor enquanto tal não decorre mais de uma descrição dele feita por meio de (1); ela decorre do que a fala é, não ser mais atribuída como em (2), mas feliz. O valor (1-mostrado) não está associado à enunciação atual e é, sobretudo, um pouco culpado dizer que o cão é o locutor: assim como não se trata da senhora, o locutor enquanto tal não corresponde ao cachorro. O cachorro é apenas aquele que se chama Jeffrey, aquele de quem se fala, o locutor enquanto ser do mundo. É preciso, mais do que propôs Ducrot, dissociar esses dois valores que são o locutor enquanto tal e o locutor enquanto ser do mundo. No caso de (1), o valor semântico mostrado não tem realidade e, em particular, EU não tem correspondente no mundo; é somente no interior do chamado valor semântico, enquanto referente do *eu*, que o cachorro aparece.

Mas como dissociar o locutor enquanto tal e o locutor enquanto ser do mundo, porque é por alusão à enunciação que se compreende que é o cachorro que se chama Jeffrey? Pode-se, de fato, aplicar, aqui, as observações de Kleiber e Vassiliadou (2012). O emprego de *eu* em (1) não faz alusão, evidentemente, a quem pronunciou a ocorrência, mas também não se refere a um ser ausente. Como no exemplo, comentado por Kleiber e Vassiliadou, da camiseta sobre a qual está escrito *Sou um gênio!* e que qualifica como gênio o menino que a usa, o locutor enquanto ser do mundo de (1) é determinado por sua

proximidade com a ocorrência de *eu*: o cachorro se diverte ao lado da senhora. Notar-se-á, contudo, que é a enunciação atual, e mais precisamente ao seu resultado, que Kleiber e Vassiliadou se propõem a recorrer para determinar o locutor enquanto ser do mundo: o que não contesta a independência deste último frente à enunciação linguística e a seu autor L. Além disso, a identificação de *eu* e do cão é aqui fortemente orientada pelo que precedeu o retorno da senhora. Se esta última tivesse vindo tomar a completude de seu almoço no restaurante com seu cachorro, se ela tivesse dito ao entrar com ele *eu me chamo Jeffrey*, poderíamos admitir que Jeffrey era um nome misto e entender que ela mesma estava se apresentando. A determinação do locutor enquanto ser do mundo de (1) decorre tanto do fato de a senhora, antes de sair, ter perguntado se poderia ir buscar seu cachorro, quanto da presença deste último quando ela volta. Nada aí que conteste a independência que proponho de acentuar entre o locutor enquanto ser do mundo, identificado com o cão, e o locutor enquanto tal, não identificado.

Por fim, recordemos que a inexistência de L no mundo, sua ausência de correspondente, não significa que não haja fala. A senhora age com as palavras que ela pronuncia, mas no interior de uma fala feliz. Ela mesma não se apresenta, não usa sua voz para que seu cachorro se apresente ele próprio, mas ela não faz nada. Ela inicia uma conversa feliz entre seu cachorro e a dona do restaurante, e assim implica esta última.

Deveríamos guardar no exemplo (2) o estatuto de caso padrão e manter (3c) e (1) entre as exceções? Teremos entendido que para mim, pelo contrário, precisaríamos trabalhar para compreender o que esses enunciados compartilham. O locutor enquanto tal L é uma construção linguística graças à qual é possível realizar atos ilocutórios (L não é qualificado e a fala é atribuída), produzir acontecimentos ilocutórios (L é qualificado e a fala é atribuída), abrir conversas felizes. Essa riqueza merece todo o nosso interesse.

Sujet parlant et locuteur

Resumé

Inscrit dans la suite des recherches de Ducrot sur la polyphonie, cet article revient sur la thèse selon laquelle il faut distinguer les notions de « sujet parlant » et de « locuteur ». Il soutient que tous les énoncés montrent une valeur sémantique, que la Théorie Argumentative de la Polyphonie (TAP) propose de décrire par un point de vue argumentatif, enchaînant deux propositions par une conjonction du type de donc ou du type de pourtant. Il ajoute enfin que le locuteur en tant que tel L est une construction linguistique grâce à laquelle il est possible de faire des actes illocutoires, de produire des événements illocutoires, d'ouvrir des conversations heureuses.

Mots-clés : Sujet parlant. Locuteur. Théorie Argumentative de la Polyphonie

Referências

- BEHE, L., M. CAREL et C. DENUÇ. Do ato de argumentar à evocação de encadeamentos argumentativos: que lugar para a enunciação? Tradução: Lauro Gomes. Revisão da tradução: Cristiane Dall’Cortivo Lebler. *Humanidades e Inovação* 9(4) : 48-62, 2022.
- CAREL, M.; DUCROT, O. Por uma análise argumentativa global do sentido. Tradução: Telisa F. Graeff e Bianca Q. Damacena. *Desenredo* 9 : 238-253, 2013.
- CAREL, M. et D. RIBARD. L’acte de témoigner. *Antares: Letras e Humanidades* 11(23) : 3-23, 2019.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris : Minuit, 1984.
- KLEIBER, G. et H. VASSILIADOU. Histoire(s) de personnes : Qui est *je* ? Qui est *tu* ? Qui est *il* ? *Les Cahiers Philosophiques de Strasbourg* 31 : 25-54, 2018.
- NØLKE H., K. FLØTTUM et C. NØREN. *Scapoline. Théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. Paris : Kimé, 2004.
- RECANATI, F. D’un contexte à l’autre. *Cahiers Chronos* 20 : 1-13, 2008.
- SEARLE, J. *Sens et expression*. Paris : Minuit, 1982.
- STAROBINSKI, J. La Rochefoucauld et les morales substitutives (II). *NRF* 164 : 211-229, 1966.